

## Questões de 1 a 15

Para responder a essas questões, identifique APENAS UMA ÚNICA alternativa correta e marque o número correspondente na Folha de Respostas.

### Questões de 1 a 5

TEXTO:

O mundo real em que vivemos não é bem o que se pensa ter à volta. É verdade que, do mesmo modo que a Lua possui um lado brilhante, esse mundo real apresenta visões obscuras, criadas pela expansão e pela evolução do homem, principalmente no pós-capitalismo, pois foi a partir do mundo moderno e da implantação do capitalismo que o homem passou a vislumbrar, com maior intensidade, as práticas malélicas para a sociedade, através de ações cruéis nas questões políticas, sociais e econômicas.

Por outro lado, sempre será um alento sabermos que os horrores que vivemos atualmente podem ser finalmente suprimidos pela elevação da humanidade a um novo patamar de cultura e de vida. Chegando esse momento, poderemos, pelo menos, repor as utopias sobre bases reais. E lembrar as ilusões dos inocentes que, mal ou bem, foram as fontes em que se embeberam os sonhos dos justos, que alimentaram as lutas por um mundo melhor e que continuam por concretizar-se. Por isso mesmo, o debate e o combate permanecem em aberto.

Com isso, estamos vendo, hoje, no Brasil e no mundo, o descalabro nas ações políticas, sociais e econômicas. Na área política, observa-se um desarranjo sem dimensão, em que homens que se diziam detentores da ética e da moral deixam suas máscaras esfacelar-se... A corrupção se alastra como uma doença sem antídoto! Aonde a humanidade quer chegar?

Ouvimos muitos discursos vazios e presenciamos uma luta árdua pelo poder e pelo capital. A vida do homem se resumiu a esses dois pilares, e os valores humanistas se tornaram sem sentido... Respeito à vida humana? Isso ficou pra trás!!!

A tendência é que o homem viva numa guerra constante, cuja disputa acontecerá até entre aqueles que dominam a venda de amendoim nas ruas!!!

HOSTILIO, Caio. **A realidade do mundo atual**... Disponível em: <<http://caiohostilio.com/2012/05/07/a-realidade-do-mundo-atual/>>. Acesso em: 3 mar. 2016. Adaptado.

### Questão 1

Identifique com **V** as afirmativas verdadeiras e com **F**, as falsas.

O texto evidencia

- ( ) a desolação dos que ainda pensam que a humanidade pode mudar o rumo de suas atitudes em prol de uma nova ordem social mais humana e, portanto, mais justa.
- ( ) os malefícios decorrentes da implantação e da mundialização do capitalismo, que desnudam o homem, expondo às sociedades sua outra face.

- ( ) a necessidade de união e de solidariedade entre as pessoas sendo relegada ao passado, mediante a perda de seu real sentido no presente.
- ( ) a luta insana por bens materiais e pelo poder movendo o ser humano a disputas desleais, nas quais até a vida do outro é banalizada.
- ( ) a perda da esperança do indivíduo diante de tantos descalabros, de tanta corrupção que se alastra pelo mundo afora.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é a

- 01) F V F V F
- 02) V F V F V
- 03) V F F V V
- 04) F V V F F
- 05) F F V V V

### Questão 2

Está correto o que se afirma sobre o fragmento transcrito em

- 01) “O mundo real em que vivemos não é bem o que se pensa ter à volta.” (l. 1-2) explicita uma opinião do enunciador do discurso marcada pela contradição.
- 02) “É verdade que, do mesmo modo que a Lua possui um lado brilhante, esse mundo real apresenta visões obscuras” (l. 2-4) constitui uma declaração pautada em uma comparação antitética da realidade observável.
- 03) “Por outro lado, sempre será um alento sabermos que os horrores que vivemos atualmente podem ser finalmente suprimidos pela elevação da humanidade a um novo patamar de cultura e de vida.” (l. 11-14) encerra uma avaliação positiva e concreta do locutor a respeito das tendências da humanidade.
- 04) “Por isso mesmo, o debate e o combate permanecem em aberto.” (l. 19-21) constata uma situação constrangedora não só para o locutor, mas também para o alocutário.
- 05) “A corrupção se alastra como uma doença sem antídoto!” (l. 27-28) faz uma associação de ideias em que aparece um termo usado indevidamente.

### Questão 3

Há nexos de equivalência referencial no texto entre

- 01) “O mundo real” (l. 1) e “um mundo melhor” (l. 18-19).
- 02) “elevação da humanidade” (l. 13) e “muitos discursos vazios” (l. 29).
- 03) “um desarranjo sem dimensão” (l. 24-25) e “uma luta árdua pelo poder e pelo capital” (l. 30).
- 04) “detentores da ética e da moral” (l. 26) e “doença sem antídoto” (l. 27-28).
- 05) “esses dois pilares” (l. 31) e “os valores humanistas” (l. 31).

Questão 4

Sobre os elementos linguísticos que se articulam no texto, é correto afirmar:

- 01) O vocábulo “bem” (l. 1) possui valor substantivo e sugere, nesse caso, um produto que sofre o constante impacto de ações antrópicas.
- 02) A partícula “o” (l. 1) equivale, do ponto de vista morfosintático, ao termo “a” (l. 2), sua forma no feminino.
- 03) Os conectivos “que” (l. 12) e “que” (l. 12) pertencem à mesma classe gramatical, razão pela qual introduzem, no período de que fazem parte, ideias que complementam o sentido da forma verbal a que se ligam.
- 04) A palavra “debate” (l. 20) derivou-se pelo mesmo processo que “combate” (l. 20).
- 05) A expressão “a esses dois pilares” (l. 31) exerce a mesma função sintática que “à vida humana” (l. 32).

Questão 5

Quanto aos recursos linguísticos usados na estruturação do texto, garantindo-lhe a coesão e a coerência, está **incorreto** o que se afirma em

- 01) O termo oracional “esse mundo real apresenta visões obscuras” (l. 3-4) exerce função subjetiva e traz o pronome “esse” por se tratar de uma referência anafórica.
- 02) A marca linguística “principalmente” (l. 5) dá ênfase ao período pós-capitalista como propiciador de atos que em nada dignificam os agentes sociais.
- 03) A locução prepositiva “através de” (l. 9) introduz uma circunstância de meio, fazendo referência à utilização de práticas negativas nos planos político, social e econômico.
- 04) A forma verbal “alastra” (l. 27) apresenta-se acompanhada do pronome apassivador “se” (l. 27), formando a chamada passiva sintética.
- 05) O vocábulo “Aonde” (l. 28) expressa a ideia de destino e representa a junção da preposição **a** com *onde*, pois o verbo “chegar” (l. 28) exige a citada palavra relacional para a complementação de seu sentido.

Questões de 6 a 10

TEXTO:

Hoje a pergunta com que nos confrontamos é simples: estamos nós realmente salvando o mundo? Não me parece que a resposta possa ser aquela que gostaríamos. O mundo só pode ser salvo se for outro, se esse outro mundo nascer em nós e nos fizer nascer nele.

- 5
- Mas nem o mundo está sendo salvo nem ele nos salva enquanto seres de existência única e irrepetível. Alguns de nós estarão fazendo coisas que acreditam ser importantíssimas. Mas poucos terão a crença de que estão mudando o nosso futuro. A maior parte de nós está apenas gerindo uma condição que sabemos torta, geneticamente modificada ao sabor de um enorme laboratório para o qual todos trabalhamos, mesmo sem
- 10
- vencimento.

Se alguma coisa queremos mudar, e parece que mudar é preciso, temos que enfrentar algumas perguntas. A primeira das quais é como estamos nós,

- biólogos, pensando a ciência biológica? Antes de sermos cientistas, somos cidadãos críticos, capazes de questionar os pressupostos que nos são entregues como sendo “naturais”. A verdade, colegas, é que estamos hoje perante uma natureza muito pouco natural. E é aqui que o pecado da *preguiça* pode estar ganhando
- 20
- corpo. Uma sutil e silenciosa preguiça pode levar a abandonar a reflexão sobre o nosso próprio objeto de trabalho. Aos poucos, cedemos ao comitê de não mais colocarmos em causa quem somos, o que sabemos, o que fazemos. As últimas décadas tenderam a tecnicizar
- 25
- as ciências biológicas. De novo, insistem conosco em que as soluções virão de sofisticadas tecnologias e de que pouco vale questionarmos os desafios políticos e sociais do nosso tempo. À força de termos que sobreviver, vamos aceitando encaixes, ofertas e arranjos.
- 30
- A ideia de que não vale a pena tentar outra utopia conduz à acomodação e ao conformismo intelectual.
- 35

A própria ideia de Ciência que nos parece isenta e acima de toda suspeita é tão exclusivista, que pode ser entendida como uma ideia gulosa. Gulosa e gluttona.

- 40
- Engorda não por comer, mas por fazer dieta. E essa dieta consiste em ignorar outras sabedorias, outros sistemas de conhecimento.

COUTO, Mia. **Estamos nós realmente salvando o mundo?** Disponível em: <<http://www.citador.pt/textos/estamos-nos-realmente-salvando-o-mundo-mia-couto>>. Acesso em: 3 mar. 2016. Adaptado.

Questão 6

Na concepção do enunciador do discurso,

- 01) está havendo, com a evolução tecnológica, uma série de transformações do natural em função da melhoria da vida humana.
- 02) procura-se consertar falhas cometidas por pessoas sem o devido preparo para atuar em certas funções por meios escusos e inaceitáveis.
- 03) observa-se que a situação do planeta Terra inspira cuidados por parte dos que assumiram trabalhar em prol do bem-estar da humanidade.
- 04) é preciso acordar para enfrentar os desafios presentes no mundo atual, afastando a inércia intelectual e tentando encontrar as reais bases para a construção de um melhor porvir.
- 05) torna-se urgente a adoção de condutas éticas por parte de todos aqueles que se encontram no comando político das sociedades contemporâneas, a fim de lutar contra os excessos cometidos na natureza.

Questão 7

Constitui um argumento apresentado pela voz autoral em defesa de sua tese sobre as sofisticadas tecnologias a ideia explicitada na alternativa

- 01) Os diferentes segmentos sociais devem ter discernimento sobre o uso dos avanços tecnológicos para que o homem possa usufruir dessa evolução sem prejudicar-se.
- 02) A salvação do mundo está nas mãos daqueles que se empenham na luta pela concretização de seus sonhos, pondo de lado certas ferramentas que maculam a criação e o seu Criador.



- 04) é movido pelo desatino diante do menino que deseja algo acima das condições familiares.
- 05) demonstra consciência de que o direito de ter direitos está de fato vinculado a poder econômico.

Questão 12

Quanto aos elementos sintático-semânticos presentes no texto I, é correto afirmar:

- 01) A supressão da partícula “os”, em “Todos os seres humanos” (Arts. 1º e 2º), nas duas ocorrências, não causa nenhum prejuízo de ordem gramatical aos contextos frasais.
- 02) O sujeito de “nascem livres e iguais em dignidade e em direitos.” (Art. 1º) é o mesmo de “podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração” (Art. 2º), mas esses predicados recebem diferentes denominações.
- 03) Os termos “de razão e de consciência” (Art. 1º) complementam o sentido de “Dotados” (Art. 1º), ocorrendo o mesmo com “de fraternidade” (Art. 1º) em relação ao substantivo “espírito” (Art. 1º).
- 04) A expressão “Além disso” (Art. 2º) indica acréscimo de mais uma informação, que, nesse caso, contradiz a enunciada anteriormente.
- 05) O conector “ou”, em “no estatuto político, jurídico ou internacional do país” (Art. 2º), expressa exclusão, assim como em “seja esse país ou território independente” (Art. 2º).

Questões de 13 a 15

TEXTO:

**Poema da necessidade**

É preciso casar João,  
é preciso suportar Antônio,  
é preciso odiar Melquíades  
é preciso substituir nós todos.

É preciso salvar o país,  
é preciso crer em Deus,  
é preciso pagar as dívidas,  
é preciso comprar um rádio,  
é preciso esquecer fulana.

É preciso estudar volapuque,  
é preciso estar sempre bêbedo,  
é preciso ler Baudelaire,  
é preciso colher as flores  
de que rezam velhos autores.

É preciso viver com os homens  
é preciso não assassiná-los,  
é preciso ter mãos pálidas  
e anunciar O FIM DO MUNDO.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Poema da necessidade**. Disponível em: <<http://www.casadobruzo.com.br/poesia/c/drummond15.htm>>. Acesso em: 3 mar. 2016.

Questão 13

Marque com **V** ou com **F**, conforme as afirmativas sejam verdadeiras ou falsas.

Nesses versos drummondianos, percebe-se que

- ( ) as tensões do passado e as do presente, ao se confrontarem, culminam no equilíbrio tão ansiado e buscado pela voz poética.
- ( ) cada carência citada faz parte de uma conceituação coletiva, visto que as pessoas, invariavelmente, agem seguindo um padrão.
- ( ) a ideia de que o ser humano precisa sempre de alguma coisa aparece associada à mecanização de ações, à automação da vida moderna.
- ( ) as necessidades impostas aos homens por um mundo complexo, caótico e desumano encadeiam um discurso que é determinista e apocalíptico.
- ( ) o desfecho surpreendente do poema expressa, ao mesmo tempo, uma desistência do mundo e uma afirmação de que o sujeito poético sempre esteve a ele ligado.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é a

- 01) F V F V F  
02) V F V F V  
03) V F F V V  
04) F V V F F  
05) F F V V V

Questão 14

A mensagem do poema é construída com base em uma linguagem

- 01) hiperbólica, devido à ênfase resultante do exagero.
- 02) antitética, em virtude da apresentação de um contraste entre duas ideias.
- 03) sinestésica, em decorrência da mistura de sensações em uma única expressão.
- 04) anafórica, pela repetição de uma ou mais palavras no início de versos ou frases.
- 05) pleonástica, mediante a presença de uma redundância que objetiva reforçar a comunicação.

Questão 15

A linguagem predominante nesse texto objetiva

- 01) pôr em evidência a forma da mensagem, ou seja, está mais voltada para *como dizer* do que com o *que dizer*.
- 02) transmitir uma informação objetiva sobre a realidade, priorizando dados concretos, fatos e circunstâncias.
- 03) influenciar o receptor ou destinatário, com a intenção de convencê-lo de algo ou dar-lhe ordens.
- 04) refletir o estado de ânimo do emissor, os seus sentimentos e emoções.
- 05) explicar um código por meio do uso do próprio código.

\* \* \*



# Direito Constitucional e Legislação Especial



## Questões de 16 a 30

Para responder a essas questões, identifique APENAS UMA ÚNICA alternativa correta e marque o número correspondente na Folha de Respostas.

### Questão 16

Conforme a Constituição Federal de 1988, **não** é cargo privativo de brasileiro nato

- 01) Presidente ou Vice-Presidente da República.
- 02) Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- 03) Oficial das Forças Armadas.
- 04) Deputado Federal.
- 05) Presidente da Câmara dos Deputados.

### Questão 17

Segundo a Constituição Federal de 1988, a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos estados e municípios e do Distrito Federal, constitui-se Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos, **exceto**

- 01) a soberania.
- 02) a cidadania.
- 03) a dignidade da pessoa humana.
- 04) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- 05) a greve geral.

### Questão 18

Pode-se dizer que aos membros do Ministério Público Estadual são arbitradas as seguintes vedações, **exceto**

- 01) receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais.
- 02) exercer atividade político-partidária.
- 03) exercer a advocacia.
- 04) participar de sociedade comercial, na forma da lei.
- 05) exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, inclusive a de magistério.

### Questão 19

Sobre as garantias constitucionais destinadas aos membros do Ministério Público, pode-se afirmar que há

- 01) vitaliciedade, apenas, após cinco anos de exercício.
- 02) vitaliciedade, apenas, após quatro anos de exercício.
- 03) perda do cargo, senão por sentença judicial, ainda que pendente apreciação de recurso em segundo grau.
- 04) inamovibilidade, independentemente do interesse público.
- 05) perda do cargo, senão por sentença judicial transitada em julgado.

### Questão 20

Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe, originariamente, processar e julgar

- 01) infrações penais comuns, cometidas pelo Presidente da República, Vice-Presidente, membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e Procurador-Geral da República.
- 02) os mandados de segurança e os *habeas data* contra ato de Ministro de Estado, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica ou do próprio Tribunal.

- 03) os conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias da União, ou entre autoridades judiciárias de um Estado e administrativas de outro ou do Distrito Federal, ou entre as deste e da União.
- 04) a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de exequatur às cartas rogatórias.
- 05) os crimes comuns, cometidos pelos governadores dos estados e do Distrito Federal, e, nestes e nos de responsabilidade, cometidos pelos desembargadores dos Tribunais de Justiça dos estados e do Distrito Federal, membros dos Tribunais de Contas dos estados e do Distrito Federal, dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Trabalho, membros dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios e os do Ministério Público da União que oficiem perante tribunais.

### Questão 21

Sobre o instituto do usucapião, previsto na Constituição Federal de 1988, é correto afirmar:

- 01) Aquele que possuir, como sua área urbana de até quinhentos metros quadrados, além dos demais requisitos, poderá adquirir o domínio.
- 02) Os imóveis públicos poderão ser usucapidos, desde que não utilizados por mais de dez anos antes ingresso do usucapiente.
- 03) Trata-se de requisito necessário à moradia do usucapiente, ou de sua família, além dos demais requisitos previstos na Carta Magna.
- 04) É possível ser proprietário de imóvel rural e usucapir imóvel urbano, desde que os imóveis estejam em estados distintos.
- 05) Os imóveis públicos poderão ser usucapidos, desde que não utilizados por mais de cinco anos antes de ingresso do usucapiente.

### Questão 22

O Código de Defesa do Consumidor apresenta rol de direitos básicos, notadamente alocados no Artigo 6, entre outros. No predito artigo, é aludido que é direito do consumidor “a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova”.

Sobre o instituto da inversão da prova, pode-se alegar:

- 01) A inversão do ônus da prova será sempre deferida, bastando que o consumidor a requeira.
- 02) Para que ocorra a inversão, há a necessidade da cumulação de dois requisitos: verossimilhança das alegações e hipossuficiência.
- 03) A inversão, quando requerida, ficará a critério do juiz, tratando-se de inversão *ope judicis*.
- 04) A inversão prevista do Código de Defesa do Consumidor, por se tratar de norma mais específica, revogou o Art. 333, do Código de Processo Civil.
- 05) A inversão, quando requerida, ficará a critério do juiz, tratando-se de inversão *ope legi*.

**Questão 23**

Objetivando-se a proteção ao consumidor, a Lei nº 8.078/90 entabula que os vícios aparentes podem ser reclamados em

- 01) trinta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.
- 02) sete dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis.
- 03) noventa dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.
- 04) trinta dias úteis, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis.
- 05) quinze dias úteis, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis.

**Questão 24**

Com base na Lei nº 8.069/90 — Estatuto da Criança e do Adolescente, é considerada correta a alternativa

- 01) Criança — pessoa que possua até doze anos de idade incompletos.
- 02) Adolescente — aquele que possua, no mínimo, quatorze anos de idade.
- 03) Criança — pessoa até quatorze anos de idade incompletos.
- 04) Adolescente — aquele que possua até doze anos de idade incompletos.
- 05) Adolescente — aquele que possua, no mínimo, treze anos de idade.

**Questão 25**

Em caso de flagrante de ato infracional cometido mediante violência ou grave ameaça à pessoa, a autoridade policial, sem prejuízo do disposto nos artigos 106, parágrafo único, e 107, deverá

- 01) apreender o produto e os instrumentos da infração, mas não lavrar auto de apreensão.
- 02) requisitar os exames ou as perícias necessários à comprovação da materialidade e autoria da infração.
- 03) encaminhar o jovem ao Conselho Tutelar para que instaure processo de investigação e possível punição.
- 04) apreender o adolescente, ainda que não tenha ocorrido o flagrante, nos casos de indícios de autoria.
- 05) apreender o adolescente, ainda que não tenha ocorrido o flagrante, independentemente de indícios de autoria.

**Questão 26**

A Lei nº 10.741/03, em seu artigo 17, leciona que “Ao idoso que esteja no domínio de suas faculdades mentais é assegurado o direito de optar pelo tratamento de saúde que lhe for reputado mais favorável.” Entretanto, em diversas situações, pode o idoso não estar em condições de escolher tal tratamento, ficando a incumbência para

- 01) o curador, quando o idoso for interditado.
- 02) os familiares, mesmo que o idoso possua curador.
- 03) o próprio médico, quando não houver curador ou familiar conhecido, sem necessidade de comunicar o fato ao Ministério Público.
- 04) o médico, independentemente de ocorrer iminente risco de vida.
- 05) o próprio médico, quando não houver curador ou familiar conhecido, sem necessidade de comunicar o fato à Defensoria Pública.

**Questão 27**

A Lei de Arbitragem (Lei nº 9.307/96), em seu décimo artigo, apresenta os requisitos obrigatórios para o Compromisso Arbitral. Pode-se afirmar que **não** é requisito obrigatório

- 01) o lugar em que será proferida a sentença arbitral.
- 02) o nome, a profissão e o domicílio do árbitro ou dos árbitros, ou, se for o caso, a identificação da entidade à qual as partes delegaram a indicação de árbitros.
- 03) a matéria que será objeto da arbitragem.
- 04) a fixação dos honorários do árbitro ou dos árbitros.
- 05) o nome, a profissão, o estado civil e o domicílio das partes.

**Questão 28**

São crimes ambientais, **exceto**

- 01) introduzir espécime animal no país, sem parecer técnico oficial favorável e licença expedida por autoridade competente.
- 02) praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos.
- 03) provocar, pela emissão de efluentes ou carreamento de materiais, o perecimento de espécimes da fauna aquática existentes em rios, lagos, açudes, lagoas, baías ou águas jurisdicionais brasileiras.
- 04) abater animal, quando realizado em estado de necessidade, para saciar a fome do agente ou de sua família.
- 05) provocar incêndio em mata ou floresta.

**Questão 29**

Sobre o Procedimento Administrativo e do Processo Judicial, com base na Lei nº 8429/92 (Lei de Improbidade Administrativa), pode-se afirmar:

- 01) Qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.
- 02) A representação, que será escrita ou reduzida a termo e assinada, deverá ser anônima, indicando apenas o fato e sua autoria, bem como a indicação das provas de que tenha conhecimento.
- 03) O Ministério Público, se não intervir no processo como parte, atuará, facultativamente, como fiscal da lei sob pena de nulidade.
- 04) Estando a inicial em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a notificação do requerido, para oferecer manifestação por escrito, que poderá ser instruída com documentos e justificações, dentro do prazo de 30 dias.
- 05) A Defensoria Pública, se não intervir no processo como parte, atuará, obrigatoriamente, como fiscal da lei sob pena de nulidade.

**Questão 30**

Conforme Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080/90), Artigo 6º, “Estão incluídas no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS)”, **exceto**

- 01) a ordenação da formação de recursos humanos na área de saúde.
- 02) o controle e a fiscalização de serviços, produtos e substâncias de interesse para a saúde.
- 03) a participação na formulação da política e na execução de ações de saneamento básico.
- 04) a avaliação do impacto que as tecnologias provocam à saúde apenas dos indígenas.
- 05) a formulação e execução da política de sangue e seus derivados.

# Direito Penal e Direito Processual Penal



## Questões de 31 a 45

Para responder a essas questões, identifique APENAS UMA ÚNICA alternativa correta e marque o número correspondente na Folha de Respostas.

### Questão 31

Conforme Lei nº 2.848/40, diz-se sobre crime

- 01) consumado, quando nele se reúnem todos os elementos de sua definição legal.
- 02) tentado, quando, iniciada a execução, se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.
- 03) culposo, quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo.
- 04) doloso, quando o agente deu causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia.
- 05) tentado, quando, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime.

### Questão 32

Sobre a Ação Penal, pode-se afirmar:

- 01) A ação de iniciativa privada é promovida mediante denúncia do ofendido ou de quem tenha qualidade para representá-lo.
- 02) A ação de iniciativa privada é promovida mediante queixa do ofendido ou de quem tenha qualidade para representá-lo.
- 03) A ação penal é privada, salvo quando a lei expressamente a declara pública.
- 04) A ação pública é promovida pela Defensoria Pública, dependendo, quando a lei a exige, de representação do ofendido ou de requisição do Defensor Público Geral.
- 05) A ação de iniciativa pública é promovida mediante queixa do ofendido ou de quem tenha qualidade para representá-lo.

### Questão 33

No tocante à Extinção da Punibilidade, é correto aduzir que se extingue a punibilidade por

- 01) retroatividade de lei que não mais considera o fato como criminoso.
- 02) renúncia do direito de denúncia ou pelo perdão aceito, nos crimes de ação pública.
- 03) pagamento de multa, ainda que cumulada a esta pena privativa de liberdade.
- 04) prescrição somente, não havendo tal extinção em casos de decadência ou perempção.
- 05) decadência ou perempção somente, não havendo tal extinção em casos de prescrição.

### Questão 34

Há diversos crimes contra a administração da justiça e, sobre esses, pode-se aludir que se trata de

- 01) falso testemunho fazer afirmação falsa, ou negar ou ainda calar a verdade como testemunha, não cabendo imputação de tal crime ao perito, contador, tradutor ou intérprete em processo judicial.

- 02) coação no curso do processo usar de violência ou grave ameaça, com o fim de favorecer interesse próprio ou alheio, contra autoridade judicial e assim, tal crime não pode possuir como sujeito passivo parte ou qualquer outra pessoa que funcione ou seja chamada a intervir em processo judicial, mas somente contra a autoridade judicial.
- 03) autoacusação falsa acusar-se, perante a autoridade, de crime inexistente ou praticado por outrem.
- 04) favorecimento pessoal auxiliar a subtrair-se à ação de autoridade pública autor de contravenção a que é cominada pena de multa.
- 05) favorecimento real prestar a criminoso, nos casos de receptação, auxílio destinado a tornar seguro o proveito do crime.

### Questão 35

No tocante aos crimes praticados por particular contra a administração em geral, conhece-se como

- 01) tráfico de influência o ato de oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício.
- 02) corrupção ativa solicitar, exigir, cobrar ou obter para si ou para outrem vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função.
- 03) desobediência desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela.
- 04) resistência opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio.
- 05) desobediência solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função.

### Questão 36

Segundo a Lei nº 11.343/2006, quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, será submetido às seguintes penas, **exceto**

- 01) advertência sobre os efeitos das drogas.
- 02) prisão domiciliar.
- 03) prestação de serviços à comunidade.
- 04) medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.
- 05) dias-multa, em quantidade nunca inferior a 40 (quarenta) nem superior a 100 (cem), atribuindo depois a cada um, segundo a capacidade econômica do agente, o valor de um trinta avos até 3 (três) vezes o valor do maior salário mínimo.

Questão 37

No tocante ao rito processual penal, pode-se afirmar que o procedimento a ser utilizado será o

- 01) ordinário, quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada seja inferior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade.
- 02) ordinário, quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada for igual ou superior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade.
- 03) ordinário, para as infrações penais de menor potencial ofensivo, na forma da lei.
- 04) sumário, para as infrações penais de menor potencial ofensivo, na forma da lei.
- 05) sumário, quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada seja superior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade.

Questão 38

Sobre o procedimento do júri, conforme Código de Processo Penal, é correto arguir:

- 01) A acusação deverá arrolar testemunhas, até o máximo de 8 (oito), na denúncia ou na queixa.
- 02) Na resposta, o acusado poderá arguir preliminares e alegar tudo que interesse a sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, até o máximo de 3 (três), qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessária.
- 03) Apresentada a defesa, o juiz ouvirá o Ministério Público ou o querelante sobre preliminares e documentos, em 15 (quinze) dias.
- 04) Na resposta, o acusado poderá arguir preliminares e alegar tudo que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, até o máximo de 2 (duas), qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário.
- 05) Encerrados os debates, o juiz proferirá, ainda em audiência, a sua decisão, não podendo apresentá-la posteriormente.

Questão 39

Sobre o procedimento processual penal sumaríssimo, regido pela Lei nº 9099/95 (Lei dos Juizados Especiais), pode-se afirmar:

- 01) Aberta a audiência, será dada a palavra ao defensor para responder à acusação, após o que o Juiz, obrigatoriamente, receberá a denúncia ou a queixa.
- 02) Todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, podendo o Juiz limitar ou excluir aquelas que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias.
- 03) Na sentença, deverá constar, sob pena de nulidade, o relatório, bem como será imprescindível os elementos de convicção do juiz.
- 04) Da decisão de rejeição da denúncia ou queixa da sentença caberá agravo, que poderá ser julgada por turma composta de três juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado.
- 05) Na sentença, deverá constar, sob pena de invalidade, o relatório, bem como serão imprescindíveis os elementos de convicção do juiz.

Questão 40

Sobre as nulidades no processo penal, é **incorreto** aduzir:

- 01) A nulidade ocorrerá por incompetência, suspeição ou suborno do juiz.
- 02) A nulidade ocorrerá por ilegitimidade de parte.
- 03) A parte poderá arguir nulidade a que haja dado causa.
- 04) Não será declarada a nulidade de ato processual que não houver influído na apuração da verdade substancial ou na decisão da causa.
- 05) Os atos, cuja nulidade não tiver sido sanada, quando possível, serão renovados ou retificados.

Questão 41

A Lei nº 8072/90 apresenta rol de crimes hediondos.

Pode-se considerar crime hediondo, **exceto**

- 01) latrocínio.
- 02) estupro de vulnerável.
- 03) favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável.
- 04) rufianismo.
- 05) falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais.

Questão 42

No tocante aos recursos no processo penal, é correto afirmar:

- 01) O Ministério Público poderá desistir de recurso que haja interposto.
- 02) Serão prejudicados os recursos que, por erro, falta ou omissão dos funcionários, não forem apresentados dentro do prazo.
- 03) Admitir-se-á recurso da parte que não tiver interesse na reforma ou modificação da decisão.
- 04) O recurso poderá ser interposto pelo Ministério Público, ou pelo querelante, pelo réu, seu procurador ou seu defensor.
- 05) O recurso será interposto por petição ou por termo nos autos, assinado pelo recorrente, inexistindo a possibilidade de assinatura.

Questão 43

Sobre o recurso de apelação no processo penal, é correto aludir:

- 01) Caberá apelação no prazo de 15 (quinze) dias.
- 02) Assinado o termo de apelação, o apelante e, depois dele, o apelado, terão o prazo de 10 (dez) dias cada um para oferecer razões, salvo nos processos de contravenção, em que o prazo será de 5 (cinco) dias.
- 03) Não caberá apelação contra decisão do tribunal do júri, sendo possível interpor, apenas, Recurso Extraordinário e Recurso Especial.
- 04) As apelações poderão ser interpostas em relação a todo o julgado, menos em relação à parte dele.
- 05) Assinado o termo de apelação, o apelante e, depois dele, o apelado, terão o prazo de oito dias, cada um, para oferecer razões, salvo nos processos de contravenção, em que o prazo será de três dias.



Pode-se arguir sobre o Recurso Extraordinário que

- 01) tem efeito suspensivo.
- 02) não tem efeito suspensivo, e, uma vez arrazoados pelo recorrido os autos do traslado, os originais baixarão à primeira instância, para a execução da sentença.
- 03) será processado e julgado no Superior Tribunal de Justiça, na forma estabelecida pelo respectivo regimento interno.
- 04) possui prazo para interposição, assim como o da apelação, de 5 (cinco) dias.
- 05) possui prazo para interposição, assim como o da apelação, de 15 (quinze) dias.

Sobre o crime de lesão corporal, previsto no artigo 129, do Código Penal, é correto aduzir:

- 01) Trata-se de lesão corporal de natureza grave se resulta em incapacidade para as ocupações habituais, por mais de sete dias.
- 02) Trata-se de lesão corporal de natureza grave se resulta em deformidade temporário.
- 03) Trata-se de lesão corporal de natureza grave se resulta em incapacidade para as ocupações habituais, por mais de trinta dias.
- 04) O juiz não poderá reduzir a pena, independentemente de o agente cometer o crime impelido por motivo de relevante valor social, sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida à injusta provocação da vítima.
- 05) Trata-se de lesão corporal de natureza grave se resulta em incapacidade para as ocupações habituais, por mais de quinze dias.

\* \* \*

# Direito Civil e Direito Processual Civil



## Questões de 46 a 60

Para responder a essas questões, identifique APENAS UMA ÚNICA alternativa correta e marque o número correspondente na Folha de Respostas.

### Questão 46

Sobre a capacidade civil, prevista no vigente Código Civil, pode-se afirmar que são

- 01) absolutamente incapazes os maiores de dezesseis anos e menores de dezoito anos.
- 02) incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer, os ébrios habituais e os viciados em tóxico.
- 03) absolutamente incapazes os pródigos.
- 04) relativamente incapazes os menores impúberes.
- 05) absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 14 (quatorze) anos.

### Questão 47

Trata-se o casamento de instituto aquele que vem sofrendo demasiadas modificações ao longo da história, tendo a sociedade influenciado diretamente nas alterações legislativas.

Sobre o casamento, é correto afirmar:

- 01) É possível o casamento entre o cônjuge sobrevivente com o condenado por homicídio ou tentativa de homicídio contra o seu consorte.
- 02) Assim querendo, podem constituir matrimônio os ascendentes com os descendentes, seja o parentesco natural ou civil.
- 03) O homem e a mulher com dezesseis anos podem casar, não se exigindo autorização dos pais ou de seus representantes legais.
- 04) É anulável o casamento em virtude de coação, quando o consentimento de um ou de ambos os cônjuges houver sido captado mediante fundado temor de mal considerável e iminente para a vida, a saúde e a honra, sua ou de seus familiares.
- 05) A anulação do casamento dos menores de dezesseis anos não poderá ser requerida pelo próprio cônjuge menor.

### Questão 48

Os artigos 1.635 e 1.638 apresentam rol de possibilidades para a extinção do poder familiar, e, dessa forma, **não** se extingue ou perde poder familiar por

- 01) morte dos pais.
- 02) emancipação.
- 03) morte do filho.
- 04) pai ou mãe praticar atos contrários à moral e aos bons costumes.
- 05) pai ou mãe contrair novas núpcias, quanto aos filhos do relacionamento anterior.

### Questão 49

A Lei nº 6015/73 (Lei dos Registros Públicos) apresenta diversas normas sobre o registro do nascimento.

Em relação à essa Lei, pode-se afirmar:

- 01) Todo nascimento que ocorrer no território nacional deverá ser dado a registro no lugar em que tiver ocorrido o parto ou no lugar da residência dos pais, dentro do prazo de sessenta dias, que será ampliado em até um ano para os lugares distantes mais de trinta quilômetros da sede do cartório.
- 02) Ressalvados os casos de erro material, os quais não exijam qualquer indagação, a alteração posterior de nome, somente por exceção e motivadamente, após audiência do Ministério Público, será permitida por sentença do juiz a que estiver sujeito o registro.
- 03) Os menores de vinte e um (21) anos e maiores de dezesseis (16) anos poderão, pessoalmente e isentos de multa, requerer o registro de seu nascimento.
- 04) Todo nascimento que ocorrer no território nacional deverá ser dado a registro, no lugar em que tiver ocorrido o parto ou no lugar da residência dos pais, dentro do prazo de cento e oitenta dias, que será ampliado em até doze meses para os lugares distantes mais de sessenta quilômetros da sede do cartório.
- 05) Os menores de vinte e um (21) anos e maiores de quatorze (14) anos poderão, pessoalmente e isentos de multa, requerer o registro de seu nascimento.

### Questão 50

Sobre os atos constitutivos, conforme a Lei nº 6015/73 (Lei dos Registros Públicos), é correto aludir:

- 01) As penhoras, os arrestos e sequestros de imóveis serão registrados depois de pagas as custas do registro pela parte interessada, em cumprimento de mandado ou à vista de certidão do escrivão, de que constem, além dos requisitos exigidos para o registro, os nomes do juiz, do depositário, das partes e a natureza do processo.
- 02) O registro da penhora não faz prova quanto à fraude de qualquer transação posterior.
- 03) O registro da anticrese poderá, se assim desejar, indicar o prazo, a época do pagamento e a forma de administração.
- 04) O registro de hipoteca convencional valerá pelo prazo de 5 (cinco) anos, findo o qual só será mantido o número anterior se reconstituída por novo título e novo registro.
- 05) O registro de hipoteca convencional valerá pelo prazo de 15 (quinze) anos, findo o qual só será mantido o número anterior se reconstituída por novo título e novo registro.

**Questão 51**

Sobre a Ação Civil Pública, com base na Lei nº 7.347/85, conclui-se:

- 01) O Ministério Público, se não intervier no processo como parte, poderá atuar como fiscal da lei.
- 02) Não se admite litisconsórcio facultativo entre os Ministérios Públicos da União, do Distrito Federal e dos estados na defesa dos interesses e direitos de que cuida a predita lei.
- 03) Se, no exercício de suas funções, os juízes e tribunais tiverem conhecimento de fatos que possam ensejar a propositura da ação civil, remeterão peças ao Ministério Público para as providências cabíveis.
- 04) Não constitui crime o retardamento ou a omissão de dados técnicos indispensáveis à propositura da ação civil, quando requisitados pelo Ministério Público.
- 05) A Defensoria Pública, se não intervier no processo como parte, deverá atuar, obrigatoriamente, como fiscal da lei.

**Questão 52**

O Negócio Jurídico possui três planos: existência, validade e eficácia.

Dessa forma, pode-se afirmar:

- 01) O objeto do negócio deverá ser determinado ou determinável para que seja considerado válido, não importando a licitude, vez que o contrato faz lei entre as partes.
- 02) Considera-se capaz para realizar negócio jurídico o menor impúbere.
- 03) A incapacidade relativa de uma das partes não pode ser invocada pela outra em benefício próprio, nem aproveita os cointeressados capazes, salvo se, nesse caso, for indivisível o objeto do direito ou da obrigação comum.
- 04) A incapacidade absoluta da parte torna o negócio jurídico inexistente.
- 05) O objeto do negócio deverá ser lícito e determinado para que seja considerado válido, sendo inexistente o negócio que possua objeto determinável.

**Questão 53**

O Ministério Público, por diversas vezes, atua como *Custos Legis*, ou seja, como fiscal da lei.

Considerando-se essa condição e com base no CPC/73, é correto afirmar:

- 01) Compete ao Ministério Público intervir na causa em que há interesse de absolutamente incapaz, não sendo necessário quando se tratar de incapacidade relativa.
- 02) Deverá atuar como *Custos Legis* nas ações que envolvam litígios coletivos pela posse da terra rural e nas demais causas em que há interesse público evidenciado pela natureza da lide ou qualidade da parte.
- 03) Não precisará atuar, nos casos em que há a presença da Defensoria Pública, visto que esta fiscalizará o cumprimento da legislação.
- 04) Intervindo como fiscal da lei, o Ministério Público terá vista dos autos antes das partes, objetivando sanear o processo.
- 05) Não poderá atuar nos casos em que há a presença da Defensoria Pública, visto que esta fiscalizará, exclusivamente, o cumprimento da legislação.

**Questão 54**

Sobre as nulidades processuais, pautadas no CPC/73, pode-se afirmar:

- 01) Quando a lei prescrever determinada forma sob pena de nulidade, a decretação desta pode ser requerida pela parte que deu causa à nulidade.
- 02) Quando a lei prescrever determinada forma, sem cominação de nulidade, o juiz considerará válido o ato se, realizado de outro modo, alcançar a sua finalidade.
- 03) Anulado o ato, reputam-se de nenhum efeito todos os subsequentes, que dele dependam, sendo dependentes ou não.
- 04) O erro de forma do processo acarreta a anulação dos atos subsequentes, independentemente do aproveitamento do ato, visto estarem obrigatoriamente contaminados os subsequentes.
- 05) O erro de forma do processo nunca acarretará a anulação dos atos subsequentes, visto sempre se tratar de vício sanável.

**Questão 55**

“A toda causa será atribuído um valor certo, ainda que não tenha conteúdo econômico imediato” — artigo 258, do Código de Processo Civil/73.

Sobre o valor da causa, pode-se aludir:

- 01) Na ação de alimentos, o valor da causa é a soma de 36 (trinta e seis) prestações mensais, pedidas pelo autor.
- 02) Havendo cumulação de pedidos, a quantia atribuída ao valor da causa será correspondente à soma dos valores de todos eles.
- 03) Sendo alternativos os pedidos, o valor da causa será o de menor valor.
- 04) Quando o litígio tiver por objeto a existência, validade, cumprimento, modificação ou rescisão de negócio jurídico, o valor da causa será o de 1/3 (um terço) do valor do contrato.
- 05) Na ação de alimentos, o valor da causa é a soma de 24 (vinte e quatro) prestações mensais, pedidas pelo autor.

**Questão 56**

A petição inicial é a peça que dá início à marcha processual, sendo requisitada do Estado prestação jurisdicional efetiva.

No tocante aos requisitos da petição inicial prescritos no CPC/73, é correto afirmar:

- 01) É facultada a atribuição do valor da causa, vez que é autorizado que o juiz exerça essa atividade.
- 02) É obrigatória a apresentação dos fatos e dos fundamentos jurídicos do pedido.
- 03) É facultado o requerimento para a citação do réu, por ser ato praticado pelo Oficial de Justiça.
- 04) É necessária a apresentação do nome, prenome, estado civil, profissão, domicílio e residência do autor e, no tocante ao réu, é necessário apenas o nome e o endereço, sem obrigatoriedade de outros requisitos.
- 05) Não há a necessidade de indicar as provas com que se pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados.

Questão 57

A contestação de importante meio de defesa processual, conforme o Código de Processo Civil de 1973, trata-se de ação que tramita no rito ordinário e argui-se por meio de preliminar, **exceto** quando

- 01) coisa julgada.
- 02) litispendência.
- 03) inépcia da petição inicial.
- 04) convenção de arbitragem.
- 05) impugnação ao valor da causa.

Questão 58

Atendendo-se ao caráter cinético do processo civil, a legislação pátria (Código de Processo Civil de 73) indicou os prazos para apresentação das principais peças processuais, sendo correto afirmar:

- 01) Os Embargos de Declaração, assim como os demais recursos, devem ser apresentados em quinze dias.
- 02) O Recurso Extraordinário, assim como o Recurso Especial, deve ser apresentado em trinta dias.
- 03) A apelação deverá ser apresentada em quinze dias úteis.
- 04) A contestação, assim como a réplica, deve ser apresentada em quinze dias.
- 05) O Recurso Extraordinário, assim como o Recurso Especial, deve ser apresentado em quinze dias.

Questão 59

Sentenciado o processo, superada a fase de conhecimento, iniciar-se-á a fase executiva.

Sobre liquidação da sentença, à luz do CPC/73, pode-se afirmar:

- 01) Quando a liquidação da sentença depender de cálculo aritmético, o juiz jamais poderá aceitar o requerimento do credor para o cumprimento de sentença.
- 02) Do requerimento de liquidação de sentença será a parte intimada na pessoa de seu advogado.
- 03) Requerida a liquidação por arbitramento, o juiz intimará a parte requerente para que indique perito, e, desde já, fixará o prazo para a entrega do laudo.
- 04) Da decisão que determinar o valor a ser pago, caberá embargos à execução.
- 05) Tratando-se de simples cálculo aritmético, é vedado ao juiz remeter os autos ao setor de cálculos, em nome do princípio da celeridade processual.

Questão 60

De acordo com o CPC/73, a ação fundada em direito pessoal e a ação fundada em direito real sobre bens móveis serão propostas, em regra, no foro do domicílio do réu.

Sobre a competência territorial, pode-se arguir:

- 01) A competência territorial pode ser afastada de ofício, sem que haja manifestação do réu.
- 02) Havendo dois ou mais réus, com diferentes domicílios, serão demandados no foro do réu mais velho, em atenção ao Estatuto do Idoso.
- 03) Quando o réu não tiver domicílio nem residência no Brasil, a ação será proposta no foro do domicílio do autor.
- 04) É competente o foro de qualquer dos cônjuges para a ação de separação e conversão desta em divórcio e para a anulação de casamento.
- 05) Quando o réu não tiver domicílio nem residência no Brasil, a ação será proposta no foro que possuir embaixada do país em que se encontra o réu, a qual expedirá carta rogatória ao predito país.

\* \* \* \* \*



CONSULTEC: CONSULTORIA EM PROJETOS EDUCACIONAIS E CONCURSOS LTDA

**INSTITUIÇÃO:** Ministério Público do Estado da Bahia - Processo Seletivo - Edital N<sup>o</sup> 026/2016

**SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIO DO CURSO DE DIREITO**

**DATA: 03/04/2016**

## **GABARITO PRELIMINAR**

Português		Direito Constitucional e Legislação Especial		Direito Penal e Direito Processual Penal		Direito Civil e Direito Processual Civil	
Questão	Resposta	Questão	Resposta	Questão	Resposta	Questão	Resposta
1)	<b>01</b>	16)	<b>04</b>	31)	<b>01</b>	46)	<b>02</b>
2)	<b>02</b>	17)	<b>05</b>	32)	<b>02</b>	47)	<b>04</b>
3)	<b>03</b>	18)	<b>05</b>	33)	<b>01</b>	48)	<b>05</b>
4)	<b>04</b>	19)	<b>05</b>	34)	<b>03</b>	49)	<b>02</b>
5)	<b>04</b>	20)	<b>01</b>	35)	<b>04</b>	50)	<b>01</b>
6)	<b>04</b>	21)	<b>03</b>	36)	<b>02</b>	51)	<b>03</b>
7)	<b>03</b>	22)	<b>03</b>	37)	<b>02</b>	52)	<b>03</b>
8)	<b>04</b>	23)	<b>03</b>	38)	<b>01</b>	53)	<b>02</b>
9)	<b>05</b>	24)	<b>01</b>	39)	<b>02</b>	54)	<b>02</b>
10)	<b>01</b>	25)	<b>02</b>	40)	<b>03</b>	55)	<b>02</b>
11)	<b>05</b>	26)	<b>01</b>	41)	<b>04</b>	56)	<b>02</b>
12)	<b>02</b>	27)	<b>04</b>	42)	<b>04</b>	57)	<b>05</b>
13)	<b>05</b>	28)	<b>04</b>	43)	<b>05</b>	58)	<b>05</b>
14)	<b>04</b>	29)	<b>01</b>	44)	<b>02</b>	59)	<b>02</b>
15)	<b>01</b>	30)	<b>04</b>	45)	<b>03</b>	60)	<b>03</b>